

Por Bárbara Mengardo, Beatriz Roscoe

Incidência de ITCMD na distribuição desproporcional de lucros também foi retirada do texto, que segue para o Senado

A Câmara dos Deputados concluiu nesta quarta-feira (30/10) a votação do [PLP 108/2024](#), que regulamenta a [reforma tributária](#). O novo texto do relator, Mauro Benevides (PDT-CE), foi aprovado por unanimidade, e retira a incidência do ITCMD sobre a previdência privada (VGBL e PGBL) e nas hipóteses de distribuição desproporcional de dividendos.

O PLP segue para o Senado. A conclusão da votação é uma sinalização do presidente da Câmara, Arthur Lira, que estava adiando a análise dos destaques para pressionar o Senado a avançar com o PLP 68/2024, primeiro projeto de regulamentação da reforma, que agora começou a andar.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: JOTA, em 30.10.2024